

Por que o mundo precisa de uma transição energética e por que esses esforços precisam da Publish What You Pay (PWYP)

A COVID-19 está afetando a todos nós. Está mudando nosso modo de vida. Está redefinindo os debates políticos. Está alterando os mercados. Muitas comunidades estão diante da COVID-19 e da crise climática. Assim, agora mais do que nunca, precisamos nos unir para transmitir uma forte mensagem a nossos governos sobre o mundo que queremos para nossos filhos e nossas comunidades. Na iniciativa PWYP, precisamos definir como podemos fazer a transição juntos e moldar um futuro melhor para todos. Nosso objetivo neste novo resumo é descrever porque o mundo precisa de uma transição energética, inclusive uma redução controlada da produção de combustíveis fósseis, e como as coalizões da PWYP podem desempenhar um papel de liderança.

Declarações de posição que a PWYP pode considerar adotar no nível global

Para assegurar uma transição justa e equitativa,

1. a PWYP acredita que é necessário uma redução controlada da produção de combustíveis fósseis, o que inclui o término imediato de toda a pesquisa, desenvolvimento e produção de combustíveis fósseis em determinados países e a eliminação gradual da produção existente de combustíveis fósseis em todo o mundo.
2. Acreditamos que a eliminação gradual da produção de combustíveis fósseis deva ser liderada por meio de medidas imediatas dos países ricos e, principalmente, dos países que mais contribuíram em termos históricos para as emissões globais.
3. Trabalhadores e comunidades precisarão ser protegidos durante essa transição. Incentivamos todos os países a continuar fazendo preparativos para a transição energética, pois a dependência econômica da produção de combustíveis fósseis no longo prazo é cada vez mais arriscada, e será suscetível de gerar dificuldades econômicas para comunidades, regiões e nações dependentes desses combustíveis.
4. Reconhecemos que a transição energética está bem adiantada, e exigimos que sejam priorizadas durante essa transição as comunidades historicamente marginalizadas, inclusive aquelas que sofreram as consequências mais agudas da extração de recursos.
5. A PWYP reconhece que as indústrias extrativas nem sempre levaram à redução dos índices de desigualdade e pobreza nos países ricos em recursos, e muitas vezes causaram impactos sociais e ambientais drásticos em mulheres e homens que vivem na pobreza. A extração de minerais necessários para a transição energética não deve resultar em outra maldição dos recursos naturais para essas comunidades.

A transição energética e a necessidade de uma redução controlada

No Acordo de Paris de 2015, todas as nações se comprometeram limitar o aquecimento global a 1,5-2 graus Celsius para evitar os impactos mais devastadores da mudança climática. Essa redução exige que até 2030 as emissões antropogênicas líquidas globais de CO₂ diminuam cerca de 45% em relação aos níveis de 2010, zerando as emissões líquidas por volta de 2050.¹ A transição rápida para a energia limpa e a redução controlada dos combustíveis fósseis são essenciais. Contudo, os atuais

¹ https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/05/SR15_SPM_version_report_HR.pdf p.10



PUBLISH WHAT
YOU PAY

compromissos nacionais de redução das emissões são insuficientes: os compromissos atuais nos levarão a 3 graus de aquecimento, criando condições inabitáveis para o ser humano em menos de cem anos.²

Precisamos eliminar com rapidez as maiores fontes de emissões, ou seja, aquelas relacionadas aos combustíveis fósseis. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de 2019 afirma que a produção global de petróleo e gás precisa cair 40% nos próximos dez anos com vistas a evitar os piores impactos da mudança climática.³ Conforme observado em um relatório de 2016 de várias organizações da sociedade civil, “as possíveis emissões de carbono dos campos de petróleo, gás e carvão nos *campos e minas atualmente em operação no mundo* nos levariam além de 2 graus Celsius de aquecimento.”⁴ Isso significa que precisamos não apenas eliminar progressivamente muitos projetos existentes, mas também impedir os planos da indústria de lançamento de novos projetos. Paralelamente a isso, precisaremos que os governos invistam estrategicamente em novas fontes de energia e novos setores/indústrias para manter os fluxos de receita e proteger as pessoas nessa transição. As comunidades dos países ricos em minerais no Hemisfério Sul precisam compartilhar os benefícios da extração que impulsiona a transição para a energia limpa, o que não pode comprometer sua saúde e bem-estar se quisermos realmente nos afastar dos piores males do legado extrativo.

Portanto, precisamos começar agora a controlar de forma deliberada nossa redução da produção de combustíveis fósseis. Os países emissores mais ricos historicamente devem agir primeiro e o resto do mundo precisa adotar planos de imediato.

O que está nos impedindo de conseguir isso?

Apesar do consenso sobre a necessidade de reduzir drasticamente a extração de combustíveis fósseis, a indústria na verdade planeja expandir a produção nos próximos 20 anos, e os governos dos países mais ricos do mundo estão demonstrando toda a disposição para ajudar. Segundo a Global Witness, esses planos de expansão estão bastante concentrados, com impressionantes 61% da nova produção de petróleo e gás provenientes dos Estados Unidos, 7% do Canadá e o restante de diferentes partes do mundo.

Embora muitos governos de todo o mundo assumam o compromisso de combater a mudança climática, suas políticas e ações demonstram falta de vontade de fazê-lo efetivamente. Em vários países, isso se deve ao poder político da indústria de combustíveis fósseis. Em países como Estados Unidos, Austrália e Canadá, legisladores e reguladores nos níveis nacional, estadual e local foram efetivamente capturados pela indústria de combustíveis fósseis, impedindo qualquer ação enérgica no sentido de conter a atividade da indústria.

Portanto, para fazer os avanços necessários para o alcance das metas climáticas de Paris, precisamos primeiro enfrentar a captura política e a corrupção em torno dos combustíveis fósseis nos países ricos em recursos de todo o mundo, como Brasil, México, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Indonésia e Nigéria. Precisamos nos esforçar no sentido de solucionar a captura política a fim de realizar a "desmontagem" necessária para recuperar a regulamentação e governança eficazes sobre as indústrias extrativas. A partir daí, podemos começar a reformar as políticas apoiadas pelas

² Ibid, p.17.

³ “Production Gap Report 2019”, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente et. al.

⁴ <http://priceofoil.org/2016/09/22/the-skys-limit-report/>



PUBLISH WHAT
YOU PAY

empresas que subsidiam injustificadamente a extração às custas não apenas das receitas do governo, mas também do bem-estar ambiental e social.

Que papel a PWYP pode desempenhar?

Desde a sua criação em 2002, uma das maiores conquistas da Publish What You Pay (PWYP) foi a campanha pela regulamentação da divulgação obrigatória – leis que determinam que as empresas de petróleo, gás e mineração publiquem seus pagamentos aos governos de todo o mundo a cada projeto — e por meio de compromissos voluntários no âmbito da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI). Por sermos um movimento global, estamos todos unidos em nossa visão de um mundo onde todos se beneficiam de seus recursos naturais, hoje e amanhã.

Nos últimos 10 anos, as mais de 700 organizações membros da Publish What You Pay em mais de 50 países acumularam considerável experiência para entender os impactos fiscais de projetos de petróleo, gás e mineração, desde a análise de contratos até a exigência de maior transparência das receitas provenientes dessas indústrias. Dada a forte experiência em defesa da causa de transparência de receitas e competências técnicas, as coalizões da PWYP têm um papel determinante a desempenhar para nortear e apoiar medidas climáticas urgentes. Os membros precisam se unir para documentar todas as possibilidades de os atuais esforços para assegurar a boa governança (inclusive acerca da justiça tributária e dos direitos das mulheres, bem como a propriedade usufrutuária e a transparência dos contratos) balizarem as discussões sobre a ação climática; e definir argumentos e dados fundamentais que embasem a criação de projetos de compromissos e planos nacionais relacionados ao enfrentamento da mudança climática e seus impactos.

Na PWYP, ocupamos uma posição única para apoiar os trabalhos nessas questões devido ao nosso longo trabalho em torno da inter-relação entre captura política, extração e justiça econômica. Na verdade, foi o foco nessa inter-relação exata que deu origem à rede global. As organizações integrantes da PWYP têm profundo e vasto conhecimento sobre os efeitos da corrupção dos setores extrativos e as ferramentas que a indústria emprega para obter poder político, criar legitimidade pública com base em narrativas falsas e maximizar o lucro.

O movimento como um todo pela justiça climática inclui grupos que trabalham nas áreas de mudança climática, ingerência das empresas e justiça econômica, mas poucos grupos trabalham com o cruzamento dessas três questões. A PWYP desempenhará um papel importante na congregação desses grupos e atuará como mediadora entre movimentos heterogêneos, uma vez que a rede é composta por um conjunto único e diversificado de atores. Por exemplo, grupos dedicados a questões climáticas e grupos de combate à corrupção não dialogam entre si, embora estejam trabalhando em iniciativas complementares. A PWYP pode mediar a conexão e a colaboração entre esses movimentos, quando relevante, para avançar no trabalho de combate à captura política dos combustíveis fósseis. Isso nos ajudará a construir uma narrativa pública convincente que estabeleça um elo entre a ingerência das empresas em regimes fiscais prejudiciais e a injustiça econômica sentida intensamente em todo o mundo, principalmente agora que estamos entrando em uma recessão global.

Reconhecemos que um movimento global sólido e diversificado contribuiu para esse avanço por meio da luta de décadas pela justiça climática, ambiental e econômica. A PWYP espera lançar mão de nossos pontos fortes e nossa experiência coletiva para contribuir efetivamente com esse



PUBLISH WHAT
YOU PAY

movimento global de formas que se alinhem à nossa missão. Portanto, temos o compromisso de explorar as áreas de trabalho abaixo.

Áreas sugeridas para o trabalho inicial da PWYP

1. **Captura política e governança:** Apesar da avassaladora opinião pública em apoio à eliminação gradual dos combustíveis fósseis, muitos governos continuam atuando como cúmplices da expansão da indústria. Assim, para avançar nessas frentes, precisamos atacar de frente a corrupção e a ingerência das empresas da indústria de combustíveis fósseis, o que inclui trabalho para impedir a influência das empresas sobre os representantes eleitos, bem como os não eleitos, inclusive órgãos reguladores e de fiscalização. Isso pode ser feito em conexão com movimentos mais amplos de transparência e combate à corrupção nas esferas política e governamental para cobrar das autoridades políticas enquanto estão no poder e para assegurar a adoção e aplicação de sanções dissuasivas quando necessário para limitar a impunidade.
2. **Justiça econômica e de custeio visando uma transição energética equitativa:** O trabalho na área de captura política é imprescindível para que possamos recuperar a formulação de políticas, regulamentação e fiscalização eficazes das indústrias de petróleo, gás e minerais. A importância disso está na multiplicidade de maneiras pelas quais os governos pelo mundo afora subsidiam a continuidade da extração, inclusive incentivos fiscais, desregulamentação, políticas pró-empresas e negligência na fiscalização. Isso não inclui apenas *subsídios em sentido restrito*, mas todas as formas de *subsídio* à extração para reduzir seus custos e torná-la mais lucrativa para as empresas. Um panorama dos subsídios explora todas as modalidades de assistência do governo às empresas de combustíveis fósseis, uma vez que todas essas modalidades constituem fatores que contribuem para os resultados das empresas e para a continuidade da extração e manutenção de um setor insustentável. Precisamos trabalhar no sentido de reverter essas políticas que desnecessariamente inflam os lucros do setor, privam os governos de receitas muito necessárias e incentivam a continuidade da produção.

O trabalho para reduzir os subsídios públicos à produção de combustíveis fósseis deve incorporar obrigatoriamente um forte componente de justiça econômica. Muitas comunidades, regiões e até países inteiros (por exemplo, Iraque, Nigéria, Timor-Leste) são economicamente dependentes da extração. Precisamos cobrar mais de nossos governos em todas as esferas para que se mobilizem em torno do planejamento econômico pró-ativo e sustentável, da diversificação em relação aos combustíveis fósseis e do apoio à transição energética. Não é mais aceitável que países de alta renda e emissões históricas sejam dispensados de cumprir as metas de mitigação do clima por causa da dependência econômica. A dependência econômica da produção de combustíveis fósseis é uma *opção política*, e não uma inevitabilidade. Os governos que continuam optando ativamente por priorizar os lucros dos combustíveis fósseis em detrimento do bem-estar econômico e ambiental estão colocando seus cidadãos em risco. Os países do Hemisfério Sul precisam colher os benefícios da transição energética, em vez de serem passados pra trás novamente.

3. **Transparência e participação pública:** Para apoiar o trabalho nas áreas de captura política e justiça econômica, a transparência e a participação do público são essenciais. A transparência das informações sobre as vias da captura política é indispensável para a criação de intervenções para limitar a influência dos combustíveis fósseis na política e na governança, o que inclui informações sobre gastos políticos e doações de campanha, mas também muito mais. Paralelamente a isso, é necessário haver mais transparência dos regimes de incentivos e



**PUBLISH WHAT
YOU PAY**

subsídios para a compreensão da economia de projetos e a análise do “acordo” que é feito entre governos e empresas, e os custos, seja na forma de receitas perdidas ou passivos não provisionados que estão sendo repassados ao público. As informações relativas aos riscos climáticos dos projetos também são fundamentais para que todo o conjunto de “custos” de um empreendimento seja reconhecido e considerado pelas comunidades. No lado do governo, a previsão de arrecadação e a modelagem econômica em geral realizadas para avaliar as “vantagens” de um projeto precisam adotar uma abordagem inteligente do ponto de climático, em que a modelagem econômica para a vida útil de um determinado projeto se dê com base nas metas de eliminação progressiva da produção condizentes com limites de aquecimento reconhecidos internacionalmente.

Essas informações ajudam a destacar o planejamento econômico de risco de um governo que conta com a geração de arrecadação advinda dos combustíveis fósseis no futuro quando, em realidade, a viabilidade econômica de um projeto pode não durar tanto tempo, dado o ritmo de mudança no mercado global de energia. Por ser uma das iniciativas internacionais pioneiras na transparência nas indústrias extrativas, a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) constitui um fórum importante para a promoção dessas normas de transparência. A transparência é um passo importante para capacitar os cidadãos a participar ativamente de discussões, debates sobre políticas e defesa da causa da governança de seus recursos naturais e receitas públicas ao longo da transição energética. Devido a uma forte oposição que se forma, a indústria e seus agentes políticos estão tentando limitar as vias de mobilização e protesto da população. Precisamos continuar a defender, lutar contra a expansão e impedir ataques ao espaço dos cidadãos em todo o mundo. Isso é fundamental para todos que têm o direito de defender o limite do aquecimento global e exigir informações e prestação de contas visando a transição equitativa.

Perguntas de consulta

1. Em que medida você concorda com as declarações de posição? Como poderiam ser melhoradas?
2. Você tem algum comentário sobre o papel que a PWYP pode desempenhar na transição energética?
3. Em que medida as áreas de trabalho sugeridas têm a ver com o seu contexto?
4. Quais são as outras oportunidades de influenciar a formulação das políticas nos próximos anos?
5. O que seriam questões e exemplos específicos sobre clima e extrativismo para o contexto de seu país?
6. Você tem mais algum comentário?

Autores: Kathleen Brophy (PWYP EUA), Clancy Moore (PWYP Austrália) e Emily Nickerson (PWYP Canadá), e agradecimentos especiais a todos os colaboradores de toda a rede PWYP que orientaram e revisaram este trabalho! Colaboradores: ActionAid Internacional, Bantay Kita/PWYP Filipinas, Global Witness, Goa Foundation, iBase, Instituto para a Reforma de Serviços Essenciais (IESR), NRGi, Oxfam EUA, Oxfam Canadá, PWYP França, PWYP Indonésia, PWYP Maláui, Secretariado da PWYP, PWYP Reino Unido, PWYP Zâmbia e Associação de Direito Ambiental do Zimbábue. Esperamos refinar e aprimorar este trabalho com a orientação e ajuda de mais colegas e parceiros em toda a rede PWYP.